



Largo D. João III - Santa Cruz  
9560-045 Lagoa - Açores

Tlf.: 296 960 600  
Fax: 296 916 229  
Email: geral@lagoa-acores.pt

[www.lagoa-acores.pt](http://www.lagoa-acores.pt)

## EDITAL

CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO, Presidente da Câmara Municipal de Lagoa - Açores:

Torna público, que a Assembleia Municipal em sua sessão ordinária de 26 de abril de 2018, aprovou o REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS NOS SERVIÇOS E IMÓVEIS AFETOS À CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA, que se anexa.

Para constar se publica o presente Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos de estilo.

Paços do Concelho de Lagoa - Açores, 02 de maio de 2018.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Cristina de Fátima Silva Calisto

n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2011, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, aplicada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, nomeei o Técnico Superior Carlos Fernando Ribeiro Correia Lopes Louro Alves, para o cargo de direção intermédia de 3.º Grau — Setor de Espaços Públicos, Trânsito e Ambiente, em comissão de serviço pelo período de 3 anos. A nomeação produz efeitos à data de 2 de maio de 2018.

#### Nota curricular do nomeado

Nome: Carlos Fernando Ribeiro Correia Lopes Louro Alves.  
Habilitações Académicas:

Licenciatura em Arquitetura Paisagista pela Universidade de Évora, em 2002.

#### Experiência Profissional:

Dirigente Intermédio de 3.º Grau do Setor de Espaços Públicos, Trânsito e Ambiente na Câmara Municipal de Grândola, em regime de substituição, desde abril de 2017;

Técnico Superior (Arquiteto Paisagista), em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na Câmara Municipal de Grândola, de junho de 2011 a março de 2017;

Técnico Superior (Arquiteto Paisagista), em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de julho de 2004 a maio de 2010;

Membro do Conselho de Administração da Infratróia, Infraestruturas de Tróia, E. M., nomeado pela Câmara Municipal de Grândola, nos anos de 2002 a 2004.

Técnico Superior (Arquiteto Paisagista), em regime de contrato de prestação de serviços para a coordenação da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos da Câmara Municipal de Grândola, nos anos de 2000 a 2003;

Técnico Superior (Arquiteto Paisagista), em regime de contrato de prestação de serviços, na Câmara Municipal de Grândola, de junho de 1998 a junho de 1999;

Técnico Superior (Arquiteto Paisagista), em regime de contrato a termo resolutivo certo, na Câmara Municipal de Grândola, de junho de 1997 a junho de 1998;

Estágio profissional de Técnico Superior (Arquiteto Paisagista), na Câmara Municipal de Grândola, 1996/1997.

2 de maio de 2018. — O Vereador do Pelouro de Administração e Gestão de Recursos Humanos, *Fernando Sardinha*.

311318198

### MUNICÍPIO DA GUARDA

#### Aviso (extrato) n.º 6445/2018

##### Prorrogação da Licença sem Remuneração

Para os devidos e legais efeitos torna-se público que, por despacho do Vice-Presidente da Câmara Municipal, datado de 4 de dezembro de 2017, e ao abrigo do disposto no artigo 280.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi autorizada a prorrogação da licença sem remuneração do trabalhador, Bruno Miguel Santos Pina, Assistente Operacional, pelo período de 12 meses, com efeitos a 1 de julho de 2017.

23 de abril de 2018. — O Vice-Presidente da Câmara Municipal, *Carlos Alberto Chaves Monteiro*.

311307846

### MUNICÍPIO DE LAGOA (AÇORES)

#### Aviso n.º 6446/2018

Cristina de Fátima Silva Calisto, Presidente da Câmara Municipal de Lagoa-Açores:

Torna público, que por deliberação da Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária realizada no dia 26 de abril do corrente ano, foi aprovado o Regulamento de Utilização de Espaços nos Serviços e Imóveis Afetos à Câmara Municipal de Lagoa, o qual se publica na íntegra.

3 de maio de 2018. — A Presidente da Câmara Municipal, *Cristina de Fátima Silva Calisto*.

### Regulamento de Utilização de Espaços nos Serviços e Imóveis Afetos à Câmara Municipal de Lagoa

O presente documento regulamenta a utilização de espaços nos serviços competentes e imóveis afetos à Câmara Municipal de Lagoa, numa perspectiva de rentabilização assente na qualidade e, sobretudo, na salvaguarda da sua especificidade e prestígio.

Constituindo estes imóveis locais privilegiados de realização de eventos, o acesso aos seus espaços, pela sua dignidade e pelas coleções que alguns deles encerram, deve ser controlado por forma a salvaguardar-se uma utilização menos consentânea com as suas origens, com a sua dignidade ou com a sua mensagem cultural.

Por outro lado, em virtude do crescente número de pedidos de arrendamento e de cedência desses espaços, importa definir os critérios gerais desse acesso e dessa utilização, para que quer o potencial utilizador, quer o serviço responsável pelo imóvel saibam exatamente como atuar.

Com o presente regulamento pretende-se, pois, criar um conjunto de regras orientadoras, uniformizando-se essas atuações:

#### Artigo 1.º

##### Lei Habilitante

Ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e alínea e) do n.º 2, do artigo 23.º e alínea b) e g) do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é aprovado o presente regulamento, de eficácia externa, de utilização de espaços nos serviços e imóveis afetos à Câmara Municipal de Lagoa-Açores.

#### Artigo 2.º

##### Âmbito de aplicação

1 — O presente regulamento aplica-se a todas as situações de arrendamento ou de cedência, temporária e de curta duração, de espaços nos serviços e imóveis afetos à Câmara Municipal de Lagoa.

2 — Nos espaços cuja utilização seja autorizada, podem decorrer eventos de carácter privado, social, académico, científico, cultural, comercial, empresarial, turístico ou promocional.

3 — Os espaços são passíveis de ser utilizados pelas associações, pessoas coletivas, públicas ou privadas, escolas, grupos, instituições de solidariedade social e demais entidades ou até pessoas singulares, desde que cumpram com o disposto no presente regulamento.

#### Artigo 3.º

##### Competência

1 — Compete à Câmara Municipal de Lagoa decidir, após parecer técnico dos Serviços, da oportunidade e interesse da cedência, bem como das respetivas condições a aplicar.

2 — A Câmara Municipal de Lagoa reserva-se o direito de não autorizar o arrendamento ou a cedência de espaços.

3 — Serão, ainda, rejeitados os pedidos que colidam com a dignidade dos espaços ou que perturbem o acesso e circuito de visitantes bem como as atividades planeadas ou já em curso.

#### Artigo 4.º

##### Forma

1 — Os pedidos de utilização devem ser formulados com uma antecedência mínima de 15 (quinze) dias em relação à data do evento.

2 — A não observância deste prazo pode inviabilizar o pedido, exceto se o mesmo, pela sua natureza e pela simplicidade de meios envolvidos, for suscetível de ser objeto de análise e decisão em prazo mais curto.

3 — Os pedidos de utilização do espaço são formalizados, por escrito, à Câmara Municipal de Lagoa, devendo especificar:

- a) As atividades a desenvolver;
- b) Área a ceder;
- c) Equipamentos a utilizar;
- d) Número de pessoas;
- e) Duração e horário;
- f) Entidades envolvidas;
- g) Plano de organização, incluindo eventual intervenção de catering, movimentação de cargas, montagem/desmontagem de estruturas, entre outras.

4 — A Câmara Municipal de Lagoa poderá solicitar esclarecimentos ou documentos complementares, sempre que tal considere necessário para emissão de parecer.

5 — Os pedidos de utilização de espaços, após emissão do parecer técnico e concluído o processo negocial, deverão ser remetidos para despacho do Presidente da Câmara.

6 — Após aceitação escrita, pela entidade requerente, das condições e contrapartidas financeiras, compete aos serviços competentes assegurarem o seu cumprimento.

7 — A Câmara Municipal de Lagoa reserva-se o direito de prioridade sobre a marcação de utilização de espaços, para todos os eventos realizados internamente.

8 — No caso de pedidos simultâneos para datas coincidentes, será tido em conta o interesse público das iniciativas propostas, assim como a data de entrada de cada pedido, podendo ser dada prioridade aos pedidos que foram feitos em primeiro lugar.

#### Artigo 5.º

##### Contrapartidas

1 — As contrapartidas financeiras pela utilização do espaço são determinadas com base nos montantes constantes no Anexo I do presente Regulamento e no parecer dos serviços.

2 — Podem ainda ser determinadas condições suplementares, entre as quais a celebração de um seguro específico, em montante fixado pela Câmara Municipal de Lagoa.

3 — A entidade cessionária assegurará ainda:

a) O pagamento de todas as despesas, relativas às horas extraordinárias, com a vigilância e apoio técnico assegurados pelos serviços da Câmara Municipal;

b) Os meios necessários à eventual movimentação de cargas, cuja utilização terá que ser monitorizada por pessoal do serviço em causa, estando excluída a utilização de meios que, pela sua natureza, possam representar uma agressão para o local;

c) Eventuais despesas relativas a Serviços de Bombeiros, Piquete de Eletricidade, Polícia de Segurança Pública, de ambulâncias ou outras, sempre que a Câmara Municipal de Lagoa considere necessária a sua presença;

d) A assinatura de um Termo de Responsabilidade Civil, por perdas e danos, de montante a determinar, casuisticamente, pela Câmara Municipal de Lagoa, e no Termo referido na alínea anterior o cessionário do espaço assumirá, por escrito, a responsabilidade por todos os danos ou prejuízos que vierem a ser causados no local em consequência da cedência;

e) Na circunstância de ser exigível seguro, a cópia autenticada da respetiva apólice terá que ser presente à Câmara Municipal de Lagoa, com a antecedência de 48 horas relativamente ao início do evento.

4 — A confirmação de reserva obriga ao pagamento de 25 % da contrapartida financeira determinada pela Câmara Municipal no seu despacho de autorização, devendo os restantes 75 % serem pagos até à véspera do evento.

5 — Os pagamentos deverão ser efetuados na Tesouraria da Câmara Municipal, sita na Rua do Dr. Filomeno da Câmara 29-61 — Santa Cruz — Lagoa, ou por transferência bancária para o NIB que lhe venha a ser comunicado pela Câmara Municipal, desde que entregue o respetivo comprovativo nos serviços.

6 — As eventuais despesas extraordinárias terão que ser liquidadas imediatamente após o fim do evento.

7 — A desistência do serviço contratado dá lugar à retenção de 25 % do valor entretanto pago, bem como de outros encargos que tenham que ser liquidados na perspetiva da realização do serviço contratado.

#### Artigo 6.º

##### Condições Especiais

1 — Os pedidos de cedência do espaço para cerimónias protocolares, eventos socioculturais e outros intrínsecos ao funcionamento ou competências dos Serviços Governamentais e Instituições com sede no concelho de Lagoa, estão isentos da cobrança de qualquer montante.

2 — Excluem-se da isenção referida no número anterior os eventos que, viabilizados e apoiados pelos Serviços do Governo Regional e Instituições do Concelho, sejam promovidos e organizados por entidades externas.

3 — Poderão ser sujeitos a condições especiais de cedência do espaço, designadamente do preço de cedência, os pedidos formulados por entidades que tenham estabelecido protocolos ou acordos de colaboração com a Câmara Municipal de Lagoa, bem como os respetivos mecenas, ou os pedidos associados a eventos que, pela sua dimensão ou significado, mereçam tratamento diferenciado.

4 — Os utilizadores dos espaços deverão utilizar corretamente as instalações, bem como os equipamentos colocados à sua disposição.

5 — Não é permitido perfurar ou pregar as paredes.

6 — Não será admitida a entrada a participantes em número superior ao da capacidade das salas ou imóveis cedidos.

7 — Não é permitido fumar em todo o espaço cedido.

8 — No final de cada utilização será feita uma vistoria aos espaços utilizados, pelo que a entidade organizadora deverá deixar as instalações e equipamentos tal como os encontrou. Qualquer dano, furto ou desaparecimento de bem ou material durante o período de cedência, será da responsabilidade da entidade utilizadora sendo imputadas a esta as despesas associadas.

9 — A verificação de qualquer conduta que seja suscetível de afetar ou perturbar o normal funcionamento dos serviços e o acesso aos espaços, ou de utilizar os espaços para práticas ilícitas, desonestas ou diversas das solicitadas e concedidas, dará à Câmara Municipal o direito de exercer ordem de expulsão das instalações ou de revogar a autorização de utilização do espaço.

#### Artigo 7.º

##### Normas Internas de Utilização de Espaços

O presente regulamento de utilização de espaços é complementado, em cada serviço competente, com normas internas de utilização de espaços, adaptados às respetivas realidades, fixando as normas técnicas, logísticas e de segurança a adotar em cada situação, designadamente, montagem de estruturas, catering, movimentação de pessoas e viaturas e planos de emergência.

#### Artigo 8.º

##### Cedência de Direitos de Utilização

As entidades a quem for atribuído o direito de utilização dos espaços não poderão ceder esse direito a terceiros, salvo acordo prévio, expresso e escrito pela Câmara Municipal.

#### Artigo 9.º

##### Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor após a sua aprovação pela Assembleia Municipal de Lagoa e subsequente publicação.

#### ANEXO I

(encontra-se publicado no portal da Câmara Municipal)

311317436

#### Aviso n.º 6447/2018

Cristina de Fátima Silva Calisto, Presidente da Câmara Municipal de Lagoa — Açores:

Torna público, que por deliberação da Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária realizada no dia 26 de abril do corrente ano, foi aprovado o Regulamento de Utilização e Cedência dos Campos Municipais, o qual se publica na íntegra.

3 de maio de 2018. — A Presidente da Câmara Municipal, *Cristina de Fátima Silva Calisto*.

#### Regulamento de Utilização e Cedência dos Campos Municipais

##### Enquadramento

A promoção da qualidade de vida e o desenvolvimento da atividade desportiva no concelho são compromissos elementares da ação política do Município de Lagoa.

A importância transversal deste eixo de ação do Município para os Lagoenses, dos mais novos aos mais velhos, justifica uma estratégia concertada de gestão das instalações e dos equipamentos desportivos do concelho, indo assim ao encontro do estipulado na Lei de Bases da Atividade Física, mormente com o inscrito no artigo 8.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, na sua atual redação.

Com o presente documento é constituído o regulamento de utilização e cedência das instalações dos Campos Municipais de Lagoa.

É ainda prevista e definida a delegação de gestão e dinamização destas instalações desportivas a entidades como Clubes e Juntas de Freguesia.

Torna-se assim mais viável o cumprimento da missão de congregar, de forma estratégica e atual, as estruturas que, nos últimos anos, foram alvo de um relevante investimento feito pelo Município, procurando melhorar a resposta às solicitações das coletividades e dos munícipes em geral para a utilização dos meios e espaços desportivos concelhios, seja através da dinamização das respetivas ocupações, seja através da reabilitação e manutenção regulares.

A autorização de utilização dos equipamentos desportivos é um dos princípios fundamentais no apoio à prática e à organização de atividades desportivas, sejam formais, sejam informais, cabendo ao Município de

*Olivia*

## ANEXO I AO REGULAMENTO

ESPAÇO	LOTAÇÃO MÁXIMA		EVENTOS					UTILIZAÇÃO DE ESPAÇO PARA FILMAGENS SEM IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL (POR DIA)		
	Lug. sent.	Lug. pé	Culturais	Académicos	Sociais * (1)	Infantis	Eventos esp. ex: moda, empres. comerciais, (...)	TV	Cinema	Comercial
CONVENTO DE SANTO ANTÓNIO										
Igreja	80	50 * (2)	150 €	150 €	250 €			250 €	500 €	750 €
Claustro	240	600	500 €	500 €	1 500 €		1 500 €	250 €	500 €	750 €
Salão	200 / 240 *(3)	400	500 €	500 €	1 500 €		1 500 €	100 €	250 €	350 €
Sala Servi. Edu.						2,5 € p/ criança				
*1) Desconto de 15% para residentes no concelho, trabalhadores da CML e das JF, acrescido de 10% caso o serviço de catering seja garantido por empresa do concelho										
*2) Acumula com os 80 sentados										
*3) 200 em mesa e 240 em palestras										
CINE TEATRO LAGOENSE										
Cine Teatro	176		150 €	150 €		Análise casuística	200 €			
AUDITÓRIO MUNICIPAL										
Aud. Municip.	60		100 €	100 €		Análise casuística	150 €			
CENTRO COMUNITÁRIO JOÃO BOSCO MOTA AMARAL										
C. Comunitário	90	140	50 €	50 €	75 €					

### Nota:

a) Sempre que a duração do evento exceda o horário de abertura ao público, aos valores de tabela acrescem custos com vigilância/guardaria e apoio técnico, a orçamentar caso a caso.